

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA EM BACHARELADO

O PAPEL DA EMBRAFILME NO DESENVOLVIMENTO DO CINEMA BRASILEIRO

Priscilla Passos Coelho
Matrícula:100171080

ORIENTADOR: Prof. Ary Barradas

JULHO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA EM BACHARELADO

O PAPEL DA EMBRAFILME NO DESENVOLVIMENTO DO CINEMA BRASILEIRO

Priscilla Passos Coelho
Matrícula:100171080

ORIENTADOR: Prof. Ary Barradas

JULHO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Paulo e Denise, pelo incentivo aos estudos e apoio de sempre.

À minha irmã, Paulline, pela ajuda constante.

Ao meu marido, Fábio, pelo companheirismo durante o estudo.

Ao meu orientador, Prof Ary Barradas, pelo apoio e colaboração.

A todos os meus professores, que foram grandes exemplos.

RESUMO

Esta pesquisa pretende estudar o papel fundamental que teve a Empresa Brasileira de Filmes no desenvolvimento do Cinema no Brasil. Foi baseada em mapeamento histórico, cujo período é iniciado em 1896 e estruturada de forma que mostrasse os principais acontecimentos e atividades do setor.

O estudo foi feito através de consultas em livros, monografias e jornais. O mesmo nos leva a concluir que a Embrafilme foi resultado de uma iniciativa de promoção do filme brasileiro em outros países e que alcançou seu objetivo, pelo menos por um determinado período. Concluimos também que a política cinematográfica instituída no país apenas contemplou a distribuição, mesmo que de forma tardia, através da Embrafilme.

ABSTRACT

This research intends to analyze the fundamental role of *Empresa Brasileira de Filmes* in the Cinema's development in Brazil. It was based in the historical mapping, which age begins at 1896 and it was structured to show the sector's principal activities.

The study was done through consulting books, monographs and newspapers. It take us to conclude that Embrafilme was the result of the initiative to promote the Brazilian movies in other countries and that it reached its target, at least during a lapse of time. We also conclude that the cinematographic policy established in this country just regarded the distribution, eve

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
I- SURGIMENTO DO CINEMA NO BRASIL	9
I.1 - Os primeiros passos	9
I.2 - Bela Época	11
I.3 - Ascensão do Cinema Norte-Americano	13
I.4 - Cinema Educativo	16
II - DESENVOLVIMENTO DO CINEMA BRASILEIRO	17
II.1 - O papel do Estado no Desenvolvimento do Cinema	17
II.2 - Expansão do Cinema pelo Brasil	20
II.3 - Obrigatoriedade de Exibição	21
II.4 - Tabelamento de Preços	22
II.5 - Criação do CNC	23
III - INDUSTRIALIZAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO	27
III.1 - Primeiras Propostas de Industrializar o Cinema	27
III.2 - OS setores da Indústria Cinematográfica	29
III.3 - O Cinema Novo e a Nova Legislação	30
IV - EMBRAFILME	34
IV.1 - Criação da Embrafilme	34
IV.2 - Embrafilme Distribuidora	37
IV.3 - Fase Áurea do Setor Cinematográfico	39
IV.4 - Extinção do INC e Co-Produções	40
IV.5 - Plano Diretor para a Distribuidora	41
IV.6 - Crise da Embrafilme	43
V - TENTATIVAS DE RECUPERAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO	46
V.1 - Lei Rouanet	46
V.2 - lei do Audiovisual	47
V.3 - Ancine	48
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir mostra as principais faces de uma empresa que se tornou a maior companhia distribuidora do cinema brasileiro. Tentamos qualificar os períodos que marcaram o desenvolvimento do Cinema no Brasil, evidenciando a existência da Empresa Brasileira de Filmes, que foi criada com o intuito de promover os filmes brasileiros no mercado cinematográfico e se tornou a mais importante instituição no que se refere a desenvolvimento e promoção do Cinema.

Nesse estudo, mostramos as principais fases da Indústria do Cinema no Brasil, desde o surgimento dos primeiros filmes e maquinários no final do século XIX até as leis de incentivo à Cultura, presentes desde a década de 90.

Apesar de ter sido na década de 40 o início do surgimento de planos estratégicos a fim de formar o produto nacional competitivo, é na década de 70 que se percebe o crescimento do filme brasileiro. Fica clara a importância primordial da atuação da “Empresa Brasileira de filmes S/A” – A EMBRAFILME, que ativou a evolução do setor cinematográfico no Brasil. Foi nesta época, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela Embrafilme, que o cinema nacional começou a despontar com estrutura, apoiada nos interesses das películas nacionais, com poder de negociação e recursos financeiros.

Mais tarde, a Empresa passa a ocupar o setor da Cinematografia: A Distribuição de filmes. Até então o Brasil não tinha tido nenhuma participação na distribuição dos filmes. Esta foi a maneira encontrada para que o mercado nacional se confrontasse com o cinema internacional. A partir de então, a comercialização dos filmes no mercado era feita pela circulação das películas estrangeiras e nacionais. Este processo determinava disseminar o cinema pelo país, formando assim, um circuito exibidor. A demanda cinematográfica em nosso país, que estava diretamente relacionada com o cinema estrangeiro, passa a ter relação direta com o produto nacional.

A Embrafilme, empresa de economia mista, onde o Estado era o maior acionista, enfrentou séria situação de vulnerabilidade, problema muito maior do que de qualquer outra companhia cinematográfica, apesar de seu poder no mercado. A Embrafilme estava sujeita às flutuações econômicas, acontecimento comum a qualquer

outra empresa no mercado, e ainda às articulações e interesses políticos do cinema nacional. Essa é a situação fundamental para entendermos o período estudado.

Nesse trabalho, foi feito um levantamento histórico, a fim de compreendermos os motivos e os principais movimentos responsáveis pela estrutura do setor, principalmente da distribuição cinematográfica no Brasil, através da análise da maior empresa de Distribuição do País: a Embrafilme.

I- SURGIMENTO DO CINEMA NO BRASIL

I.1- Os Primeiros Passos

A história de cinema no mundo começa como resposta dos efeitos da II Revolução Industrial, que aconteceu na segunda metade do século XIX. Para que houvesse esse marco na cultura, foi de suma importância todo o avanço tecnológico, bem como as práticas capitalistas que surgiram com tal revolução. O processo industrial do cinema mundial existe desde então. Conforme a linha de pensamento do capitalismo, os filmes já eram vistos como produtos, e portanto deveriam alcançar os consumidores.

No Brasil, a população conhece o cinema graças à importação de maquinário e também de filmes. A novidade internacional é aceita pelo país com facilidade. Desde 1896, o Cinema está no Brasil, caminhando a passos lentos. As primeiras exhibições ocorreram no Rio de Janeiro, logo depois que os irmãos Lumière inventaram o cinematógrafo. Chegava então ao Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, um aparelho chamado omniographo, que é uma ampliação do kinetoscópio, com a vantagem de projetar imagem em telas e gerar imagem para múltiplos espectadores. Este ocorrido despertou o interesse pelas invenções do cinema. E pouco tempo depois se realizariam as primeiras filmagens brasileiras.

O Brasil era um país recém saído da escravidão. Nosso país necessitava nesse período de sérias transformações no âmbito da política. Por isso, o cinema também adaptou-se ao Brasil que se formava. Agradava o público por ser mudo, já que a maioria da população era analfabeta e o cinema era considerado de fácil acesso devido aos baixos preços oferecidos a essa classe. Dessa forma, como os circuitos da época agradavam os menos favorecidos, era possível levar a tecnologia por todo o Brasil.

O primeiro presidente brasileiro a se relacionar com o cinema foi Rodrigues Alves. Ele implementou projetos para modernização urbana no Rio de Janeiro e isso contribuiu muito para a aceitação de novas tecnologias, dentre elas, o cinema. Durante 10 anos, no período de 1896 a 1906, o cinema não teve tanta importância no Brasil, talvez devido a motivos como o atraso da energia elétrica, falta de transportes e analfabetismo. A exibição, em geral, era ambulante, e a produção esporádica. As salas de projeção fixas eram poucas, praticamente apenas em São Paulo e Rio de Janeiro.

Observamos fortemente, nessa fase, o predomínio de imigrantes, em especial italianos, os quais dominavam as ferramentas necessárias. Assim, foram eles os responsáveis pelas primeiras produções. A presença efetiva dos brasileiros se deu com a representação de temas mais simples. Nesse período ainda havia controle total dos empresários em relação a tudo referente ao cinema, como produção, distribuição e exibição. Isso foi extinto um tempo depois. A partir da dissociação dos três setores do Cinema, surgem produtores e exibidores. Essa é a fase onde acontece o início do desenvolvimento das salas de exibição brasileiras. Porém, foi nesse mesmo momento que os cinemas europeu e americano tornaram-se muito mais fortes, e com isso inseriram-se em outros mercados externos.

A partir de 1907, com a utilização da energia produzida pela Usina Ribeirão das Lages, instalou-se novas salas de exibição no país.

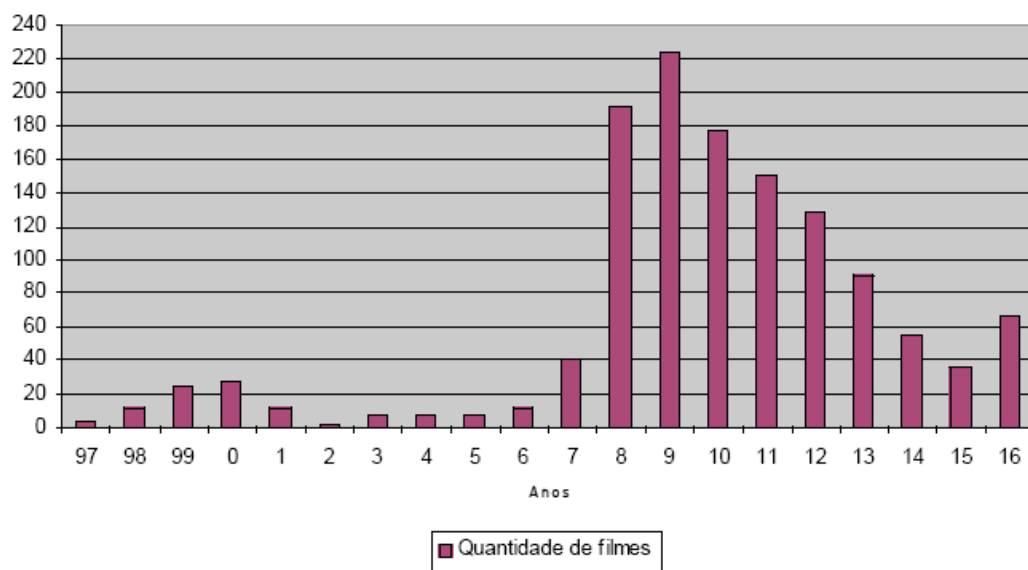
1.2- Bela Época

O período compreendido entre os anos 1908 e 1911 foi conhecido como a idade de ouro do cinema brasileiro, pois foi a fase onde se fortaleceu o filme nacional em relação aos anos seguintes onde o filme estrangeiro domina o país. A fase ficou conhecida como a Bela Época, também devido ao panorama político e social no qual o país se encontrava. O Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil, país recém chegado à República era considerado o berço do cinema no país e sentia todas as mudanças decorrentes do fato de ter se tornado o centro da nação. A cidade representava perfeitamente a transição pela qual passava o povo brasileiro e assim se transformou na principal sede comercial e financeira do Brasil. A cidade, então capital federal, recebia muitos imigrantes e por isso possuía uma forte classe proletária, a qual era composta principalmente por operários estrangeiros. Por esse motivo, entre outros, esse período foi também uma fase de forte importância para a economia brasileira, onde tivemos intenso crescimento econômico e mudanças políticas fundamentais. Foi a fase chamada de Bela época. Os filmes nacionais representavam a vontade brasileira de se igualar aos importados. O cinema no Brasil dava seus primeiros passos e assim, montava sua própria estrutura e começava a gerar dinheiro para o país.

No ano de 1910, percebe-se mais segurança do cinema brasileiro, que apresenta inauguração de novos cinemas no Rio de Janeiro: O Ideal na Rua da Carioca, O Soberano no largo do carioca, o São Cristóvão e o Odeon. O aquecimento do mercado consumidor e de importação estimulou a produção nacional, fazendo surgir o interesse de produção, distribuição, exibição e competição com as fitas estrangeiras.

Entre 1912 e 1922 o setor cinematográfico se desenvolve no Brasil, mas não para o filme brasileiro. Simis aponta como principais motivos “a dificuldade de importação de filmes virgens dada a alta do câmbio e a crise do setor exibidor”, que também sofria com o dólar. As poucas produções encontram dificuldades para serem exibidas.

Gráfico I : Quantidade de filmes produzidos (1897 – 1916)



Fonte: SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 1996, p.304.

1.3 -Ascensão do Cinema Norte-Americano

A revolução econômica do cinema norte-americano invadia mercados nacionais, fazendo predominar suas produções, fato facilitado pela situação crítica dos países industriais europeus envolvidos no conflito mundial – I Guerra Mundial. Após uma intensa produção, o Brasil é invadido pela indústria internacional, com distribuidoras norte americanas sendo instaladas. Assim também aconteceu com a Indústria do Cinema e o cinema brasileiro foi enfraquecido. É justamente nesta época que surge o “mito Hollywoodiano”, que domina o mercado cinematográfico com uma concorrência desleal, derrotando a produção doméstica e firmando a hegemonia cinematográfica norte-americana. O investimento na produção deixa de ser interessante, uma vez que os filmes hollywoodianos podiam ser alugados, e não necessariamente comprados. Esse foi o motivo que desincentivou o setor de exibição em relação ao financiamento de novas películas nacionais.

Em 1912, assistíamos a uma crise gerada pela falta de interesse por parte dos exibidores pelos filmes nacionais. Isso fez com que acontecesse um grande distanciamento entre a produção e a exibição. Nessa época, os circuitos de exibição estavam em processo de formação e se viram atraídos pelas promessas de lucros vindos de ligações com produtores estrangeiros. Isso marginalizou o cinema brasileiro por um bom tempo. Pois a relação estabelecida entre os exibidores nacionais e produtores estrangeiros gerou um processo de tamanha grandeza, onde os estrangeiros, principalmente os norte americanos, controlavam todo o processo.

No período iniciado em 1910, a famosa Hollywood já apresentava um pouco do que viria a ser sua importante atuação econômica na Indústria Cinematográfica. Isso já trazia consequências fortes para diversas nações, inclusive o Brasil, como por exemplo, a diminuição da produção nacional, em 1914. Aproximadamente, no ano de 1914 a produção nacional sofreu uma queda importante, devido à falta de recursos tecnológicos, verticalização e formação de cartéis na indústria cinematográfica estrangeira, afastando a produção artesanal, além de coincidir com a Primeira Guerra Mundial, dificultando também a importação de fitas virgens.

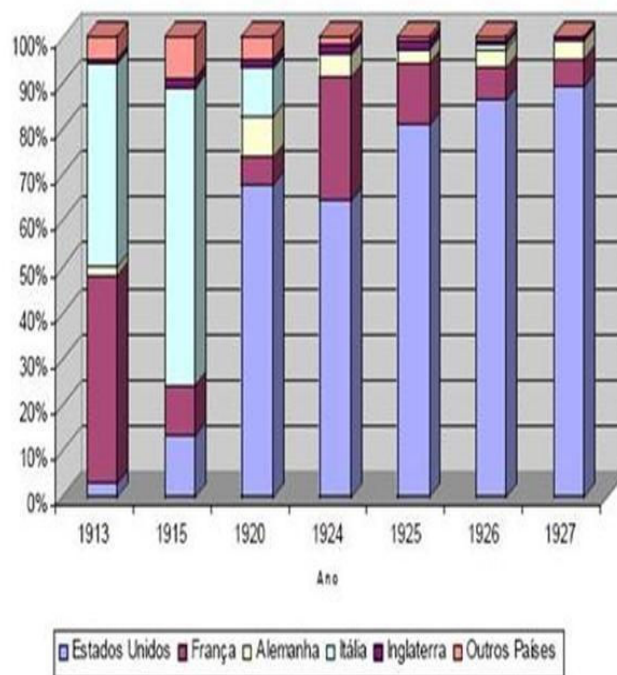
Diante dessa nova realidade, o Brasil tornou-se o 4º maior importador do cinema norte-americano, gerando uma forte redução das produções internas nos anos de 1912-

1914, que evoluiu para no máximo uma restrita produção até o ano de 1922. Com o início da Primeira Guerra Mundial, o cinema no Brasil teve uma pequena chance de retomada, pois a produção estrangeira foi interrompida. É válido ressaltar que em 1917, o Brasil apresentou uma pequena ascensão na produção nacional, o que não se manteve nos anos seguintes até 1922.

Cineastas brasileiros buscavam soluções e estratégias na tentativa de salvar o cinema nacional, neste período de decadência. E, foi assim que surgiram práticas, na tentativa de burlar as distribuidoras, dentre as quais a primeira era a exibição de filmes em terras distantes do interior, que não eram de interesse de grandes distribuidoras. E a segunda era a “cavação”, ou seja, a produção de filmes por encomenda, que tratavam de temas locais, por exemplo. A cavação ganhou muitos adeptos, chegando a mobilizar, em São Paulo e Rio de Janeiro, cerca de 12 firmas e 20 novos cineastas.

As distribuidoras norte-americanas faziam forte pressão para se inserirem nos países e assim se firmarem. Aqui no Brasil, isso gerou uma ligação intensa entre os exibidores brasileiros e estas empresas estrangeiras. Devido à atuação das distribuidoras americanas, o filme estrangeiro passa a poder ser alugado. Desse jeito, acabava-se com a necessidade do exibidor nacional de comprar o filme.

Gráfico II: Distribuição do mercado brasileiro (1913 – 1927)



Fonte: Selonk, Patrícia. **Distribuição Cinematográfica no Brasil e suas Repercussões**. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, Pág 30.

Mesmo assim, alguns produtores brasileiros tentam resistir a toda essa fase de crise nacional quanto ao cinema produzido no país. E desse jeito, o filme documentário se apresentou como principal alternativa. Era uma maneira dos brasileiros exaltarem as características nacionalistas, já que esse tipo de filme era produzido dentro país e tratava de assuntos ligados à cultura nacional.

1.4- Cinema Educativo

Na década de 20, O Brasil representava a esperança para muitos e era visto como “o país do futuro” e nesse contexto, o ensino tinha lugar de destaque, para que se pudesse criar cidadãos. Logo no início dessa década, temos a mais forte apresentação de novas idéias e busca por liberdade através da Semana da Arte Moderna – 1922. Assim, durante boa parte desse período, o cinema, assim como a imprensa, era um meio de comunicação importante. O Brasil tentava dessa forma, formar sua própria identidade e nesse contexto, a educação brasileira era uma das prioridades. Percebeu-se, então, como tal veículo de comunicação poderia contribuir para o desenvolvimento do setor.

Então, no âmbito político e social, na segunda metade da década de 20, surge a idéia de utilizar o cinema para auxiliar no ensino, já que este era um dos maiores meios de comunicação na época. Segundo Simis¹, o número de defensores do cinema educativo era grande. Dentre os defensores do cinema educativo, destaca-se Joaquim Canuto Mendes de Almeida, diretor e argumentista de filmes, e professor da faculdade de direito, que teve grande influência na política cinematográfica durante o primeiro governo de Vargas. Joaquim Canuto procurou exaltar as vantagens pedagógicas do cinema para o ensino primário até o profissional, pelo fato de despertar atenção e interesse dos estudantes, já que este acreditava que o maior dos problemas nacionais era a educação.

As idéias relacionadas ao cinema como auxílio de aprendizado se dava principalmente, porque uma enorme parte da população era analfabeta. A função do cinema seria situar o homem na humanidade, assim como, mostrar o Brasil ao Brasil, na tentativa de fortalecimento nacional. Porém, devido à falta de recursos, as reformas do ensino só aconteceram a partir de 1931.

¹ “Reformar a sociedade pela via da reforma do ensino, nesse espírito de ‘criação’ de cidadãos e de reprodução / modernização das elites, era uma concepção que reapareceria com mais força a partir da segunda metade da década de 20.”

II- DESENVOLVIMENTO DO CINEMA BRASILEIRO

II.1- O papel do Estado no desenvolvimento do Cinema

Com a chegada da década de 30, a necessidade de que o Estado interviesse nas decisões relativas ao setor cinematográfico aparece com muito mais força. Tínhamos um setor onde a produção nacional desenvolvia-se muito pouco ao mesmo tempo em que a exibição era em grande parte feita por filmes estrangeiros. Além disso, a distribuição dos filmes aqui no Brasil era praticamente toda feita por empresas norte-americanas. O Governo precisava agir como um agente efetivo do setor cinematográfico, ajudando no que se referisse principalmente à produção, que era a fatia do setor mais deficiente.

Para Simis², o início dos anos 30 foi marcado por mudanças políticas fortes e isso associado à baixa do câmbio, que elevou o preço dos filmes a serem importados, foi o grande motivo de se ter estimulado a organização corporativa. O governo passa a acompanhar todo o setor e logo depois, em 1931 cria-se uma comissão para estudar os problemas do cinema no Brasil.

Em torno de 1932, a intervenção estatal no setor de cinema faz-se muito mais presente. O Estado assumia a posição de um agente efetivo no setor cinematográfico, em especial no plano da produção. Nessa época, as regras de mercado deixam de ser as principais reguladoras da atividade em questão. O presidente Getúlio Vargas faz da indústria cinematográfica uma estratégia de sua política.

Os problemas cinematográficos passam a ser fundamentais nos debates públicos sobre cultura e aos poucos começa a ser gerada uma legislação visando à regulação da atividade no país. As leis e medidas dessa fase caracterizam o comprometimento do Estado em representar a nação e participar da cultura do país. O consumo de cinema brasileiro é favorecido pela proteção do mercado, provocada pela limitação de divisas. Porém, o Estado o defendia e ao mesmo tempo criava leis que o colocavam em segundo

² “Se antes do decreto de 1934 as taxas cobradas para filmes nacionais e estrangeiros eram as mesmas, agora este documento legal as diferenciava em favor do produtor nacional, fixando seu valor pela metade da taxa aplicada aos filmes importados.”

plano, ou seja, como mero coadjuvante no mercado brasileiro, em relação ao cinema estrangeiro, como veremos a seguir.

A década de 30 é marcada pelo aumento do interesse e da preocupação e defender a indústria cinematográfica. Com isso, são criados departamentos e institutos relacionados à cultura. Em 1934, é criado o DPDC (Departamento de propaganda e Difusão Cultural). Para Simis, isso ocorreu devido ao empenho da escritora Rosalina Coelho Lisboa Miller, intencionada a organizar as informações mais importantes da difusão cultural. Esse Departamento foi extinto quando surgiu o DPI (Departamento da Imprensa e Propaganda), em 1939.

Em 1937, foi criado por Roquete Pinto, o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), como auxiliar do ensino e meio de educação popular. Foram editadas centenas de filmes, produzidos pelo próprio instituto e distribuídos nas escolas, centros operários, agremiações esportivas e sociedades culturais. O INCE serviu como escola para diretores, documentaristas, roteiristas, técnicos de som, além de gerar a integração do cinema educacional no país. Em contrapartida, retardou o cinema brasileiro por atender unicamente ao setor educativo e cultural.

Nessa fase de intervenção estatal, o governo de Vargas passou a participar da regulamentação da atividade. Muitas medidas influenciaram o setor. O Decreto nº 21.240, datado de 04/04/1932, foi o primeiro decreto a abranger o cinema, desde o educativo até o comercial. O decreto previa a criação do DPDC. O filme nacional educativo passou a ter exibição obrigatória na programação em cada programa. Isso fez com que a exibição não fosse mais exclusiva nos estabelecimentos de ensino. Este decreto interferia de forma positiva quanto aos interesses de importadores e distribuidores, em especial porque apresentou medidas que se referiam a taxas alfandegárias. A criação de leis e medidas referentes à cultura evidenciava a vontade do Estado de participar do universo cultural do país.

Vemos que durante o governo de Getúlio foi importante para o cinema no que diz respeito à construção de uma legislação, até então, inédita para a cultura. Estado Novo foi o período entre os anos de 1937 e 1945, no qual Getúlio Vargas ainda era o presidente do país. Em janeiro de 1938, ocorreriam as eleições presidenciais, mas com a desculpa de que haveria um Golpe Comunista, chamado Plano Cohen, Getúlio deu um

golpe de estado em novembro de 1937. Durante essa fase, o Brasil passa por uma série de mudanças, inclusive em relação à cultura.

No Estado Novo, muitas medidas representaram pontos positivos e negativos para os brasileiros. O país avançou muito economicamente através do desenvolvimento industrial e investimentos. Os trabalhadores brasileiros tiveram benefícios com as leis trabalhistas, o que lhes garantiu diversos direitos.

O Estado Novo ainda representou ausência de democracia, aplicação da censura e um regime de caráter populista. A fim de preservar o novo regime, o presidente criou alguns instrumentos de controle e repressão. Foi assim que surgiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado de controlar. Tinha como função a censura dos meios de comunicação, incluindo cinema.

II.2- Expansão do Cinema pelo Brasil

Antes disso, o cinema nacional apresentava novamente um crescimento, expandindo-se para outras cidades, que não o eixo Rio-São Paulo. Apesar do atraso dos filmes falados, e da plenitude tardia de nossos filmes mudos, foi nesse período que surgiram os primeiros estúdios e a eminência de um gênero tipicamente brasileiro - a chanchada.

A chanchada surgiu na década de 30 e foi de fácil aceitação pelo público, por ser um gênero popularesco, com comicidade, paródias aos filmes americanos e onipresença musical, principalmente ritmos carnavalescos. Este estilo brasileiro, apesar de ter dominado o mercado interno, foi muito criticado, pois era considerado para muitos uma produção descuidada, com muitas improvisações e falta de orçamento. A produção de chanchadas ocorreu principalmente no Rio de Janeiro, lançando grandes atores, como Grande Otelo, Mesquitinha e Oscarito. A chanchada foi marcada na década de 30 pela presença da Cinédia e na década de 40, pela Atlântida, que desaparece no final dos anos 50.

A partir da década de 30, a produção dos filmes nacionais ganha mais notoriedade devido à maior importância dada e conseqüentemente, maior atenção à infra-estrutura para produção. Esse fato leva à sofisticação da Indústria Cinematográfica Brasileira. Em 1930, é fundada a Cinédia, com estúdios de excelente infra-estrutura para a produção de filmes nacionais. O fundador Adhemar Gonzaga se propõe a produção de dramas populares e comédias populares, as famosas chanchadas.

No início da década de 40, é fundada a Atlântida. A aproximação da Atlântida com a cadeia de exibição Luis Severiano Ribeiro formava a primeira grande empresa brasileira com a hegemonia da cadeia de exibição de Severiano em alguns territórios do país.

E no final da mesma década, em 1949, assistiu-se à criação da Vera Cruz. Mesmo com o fracasso comercial, a Vera Cruz mostrou que poderia fazer com que o cinema brasileiro atraísse e conquistasse o público interno. A prova veio através de seu sucesso de bilheterias, que a cada estréia comprovava os bons resultados referentes aos investimentos feitos em publicidade e lançamentos.

II.3-Obrigatoriedade de exibição:

Foi durante o governo de Vargas, que caracterizou a grande intervenção do governo no setor cinematográfico, que assistimos à imposição efetiva da obrigatoriedade de exibição. Desde a década de 20, já se falava em reivindicações relacionadas à obrigatoriedade de exibição, no Brasil. Porém, apenas na década seguinte, foi instituída tal medida. A partir de 1932, os programas de cinema deveriam incluir um filme nacional por semana.

Na década de 30, quando se assistia à chegada da medida sobre a obrigatoriedade, havia várias produtoras atuando no Brasil. Porém, como em qualquer ramo industrial, o cinema não poderia sobreviver como uma atividade lucrativa, com tão poucos lançamentos. O sucesso das empresas dependeria da produção e consumo dos filmes. Por esse motivo, o cinema brasileiro ainda não era uma atividade capaz de trazer rentabilidade e estabilidade. Os produtores nacionais reclamavam que os importadores de filmes não queriam nenhuma ter nenhuma produção nacional, para que não houvesse nenhuma produção nacional ameaçadora do monopólio dos filmes estrangeiros. A decisão de estabelecer uma cota de exibição compulsória teve resultado favorável, principalmente, para as produções estrangeiras que passam a ter “direito” a um determinado número de exibições. Dessa forma, então aparecem as facilidades para o filme estrangeiro no Brasil, instituindo direitos às empresas importadoras e às distribuidoras estrangeiras no Brasil.

Mais tarde, em 1951 fica estabelecido o critério de proporcionalidade. Essa medida representou a obrigatoriedade de exibição de um filme nacional a cada oito estrangeiros. Mais uma vez, o cinema brasileiro é tratado como secundário em relação ao filme estrangeiro.

II.4-Tabelamento de preços dos ingressos

Mais tarde, no final da década de 40, mais precisamente em 1948, o país assiste a uma nova medida governamental: o tabelamento de preços. Esse regime foi instituído pela CCP (Comissão Central de Preços). O tabelamento de preços de ingresso classificava os cinemas em cinco categorias, avaliadas sob várias características. Tais categorias iam de A (preço Máximo) a E (preço mínimo).

Em 1956, A Cofap (Companhia Federal de Abastecimentos e Preços), substituta da CCP, reduziu o número de categorias das salas de cinema para três – cinemas lançadores ou de estréia, cinemas não-lançadores e aqueles cujos preços não ultrapassavam os Cr\$ 7,00. E em 1959, surgiu uma nova categoria especial, a qual era isenta de tabelamento, pois se exigia do empreendimento requintes de decoração.

A APICESP (Associação Profissional da Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo) em torno de 1956, reivindicava junto à Cofap o reajuste dos preços. Devido a isso, foi então, autorizado que qualquer cinema que exibisse filme nacional de longa-metragem cobrasse preço de ingresso dos cinemas lançadores ou de estréia tipo sistema cinemascope.

Mais tarde, no início da década de 60, a isenção do tabelamento passou a abranger todos os cinemas que exibissem filmes nacionais de longa-metragem. Porém, essa mudança não foi eficiente para aumentar efetivamente os preços dos ingressos, devido à inflação. A liberação de ingressos para o cinemascope beneficiou especialmente aos filmes estrangeiros, pois eles tinham as características técnicas necessárias para este equipamento, além da produção em grande quantidade.

Enfim, percebemos que durante o governo de Vargas, o cinema era encarado como uma boa ferramenta para se aproximar do povo. Para o então Presidente da República, o cinema poderia aproximar os vários núcleos do território nacional. Getúlio Vargas foi o primeiro a de fato observar o mal que o distanciamento poderia trazer para a política e economia do país, e conseqüentemente seu crescimento. Por isso, sempre procurou evitar a distância do povo através de seus discursos nacionalistas, onde encaminhava seu povo para a figura do líder.

II.5 – Criação do CNC

Em 1947, era proposta a criação do Conselho Nacional de Cinema (CNC). Essa foi a principal mostra de que a necessidade do setor cinematográfico de se organizar era muito grande. As verdadeiras e mais importantes consequências da criação desse órgão, foram vistas a partir da década de 50. O CNC foi criado com a missão de regular as normas para a produção, exibição e distribuição de filmes aqui no Brasil. Esse projeto, o qual havia sido proposto por Jorge Amado, transferiria a tomada das decisões para um setor ligado à produção.

A fim de apoiar a produção nacional, eram criadas propostas por parte do Conselho onde haveria concessões de subvenções, empréstimos, e etc. para empresas que conseguissem produzir pelo menos dois filmes. A década de 50 se inicia de forma difícil pra os brasileiros. O nacionalismo de Vargas enfrentava a pressão estrangeira, especialmente americana, que queria investir na indústria brasileira. Essa situação durou até 1953, quando o Brasil teve que emprestar recursos no exterior e o país se viu atrelado necessariamente ao capital estrangeiro, principalmente aos Estados Unidos. Com o suicídio de Vargas e a chegada de Kubistchek, o Brasil assiste ao Plano de Metas e seu modelo de Industrialização. Kubistchek, um político com ideais desenvolvimentistas e com intenções de associação ao capital estrangeiro, com seu Plano de metas configura o modelo de industrialização brasileiro.

Nesse mesmo período foi criada a Associação Paulista de Cinema (APC), a qual foi fundamental para a criação de condições favoráveis para o Cinema Brasileiro, como a criação das Comissões Municipais do Cinema, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a criação da Comissão Federal do Cinema (CFC), que acabou por substituir o CNC. Foi ainda a APC que viabilizou dois importantes encontros para o cinema na década de 50, o I Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, ocorrido em setembro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro e o II Congresso Nacional do Cinema Brasileiro, ocorrido em dezembro de 1953, em São Paulo. O fim do II Congresso deu origem às reivindicações a seguir, das quais saíram propostas que acabaram sendo implementadas ao longo do tempo.

1. Uma definição de filme brasileiro com estas características:

- a) capital totalmente brasileiro e que fosse realizado em estúdios e laboratórios brasileiros;
- b) argumento, roteiro e diálogos escritos por brasileiro ou por estrangeiro radicando no Brasil;
- c) direção de brasileiro ou de estrangeiro radicando no Brasil;
- d) papéis principais desempenhados por atores brasileiros;
- e) equipes técnica e artística que desobedecem à lei dos 2/3. (Reivindicações que atacavam diretamente o esquema de trabalho adotado pela Vera Cruz).

2. A criação de uma Escola Nacional de Cinema, inserida na Universidade do Brasil, para a formação de técnicos, atores e críticos; a criação de cursos história e estética cinematográfica nas faculdades oficiais de Filosofia.

3. Um estudo do mercado cinematográfico brasileiro feito pelas autoridades competentes e pelos legisladores, com o fim de verificar o consumo máximo anual de filmes nas condições atuais, e estabelecidas, em relação à capacidade do mercado e à produção nacional, as quotas máximas de importação de filmes estrangeiros, calculadas anualmente.

4. Uma revisão da lei de proporcionalidade (1 em 8), sempre favorecendo o filme brasileiro, devendo, para isso, ser adotado como base o desenvolvimento da produção nacional.

5. A livre importação do filme virgem cinematográfico de 35 e 16mm, bem como dos filmes fotográficos de todos os tipos e tamanhos, material químico para laboratórios e carvão para aparelhos de exibição, quando destinados à indústria cinematográfica brasileira e a casas exibidoras do Brasil; equiparação de todo esse material ao

papel de imprensa, ficando apenas sujeito ao controle de seu consumo, pelo INC e pelo Sindicato Nacional da Indústria Cinematográficas, a fim de evitar o contrabando para países estrangeiros (o chamado mercado negro) e a formação de trustes açambarcadores.

6. Solicitação às autoridades competentes de adoção de todas as medidas necessárias a estimular a instalação, no Brasil, de fábricas de filme virgem, material de laboratório e carvões de projeção e iluminação.

7. A instituição de uma Carteira de Financiamento Cinematográfico, administrada pelo INC, com o produto da arrecadação das taxas sobre a importação de películas impressas.

8. A reversão ao produtor nacional da taxa municipal de diversões públicas.

9. A criação de uma rede de fiscalização da renda dos filmes nacionais, a fim de evitar qualquer sonegação.

10. A formação, nos moldes da Unifrance e Unitalia, de uma entidade que tivesse por fim a propaganda e a facilitação da exportação de produções brasileiras.

Tais reivindicações foram de enorme importância para o Cinema Nacional. OS dois congressos foram fundamentais para alavancar as criações de órgãos e entidades que vieram incentivar a Cinematografia Brasileira, como o Instituto Nacional do Cinema (INC), em 1966 e a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), em 1969. As reivindicações foram por um longo período, analisadas pela CFC, a qual enviou um relatório à Presidência de República, onde se propunha:

- O projeto de lei que cria o INC, revisto e atualizado.

- Uma emenda à nova lei aduaneira, tendo por critério a taxa ad valorem dos filmes impressos, pois que,

incompreensivelmente, ela só estabeleceu aquele critério para o filme virgem, taxando especificamente o metro linear do impressionado, o que é uma exceção numa lei com milhares de alíquotas ad valorem.

- A transferência do Serviço de Censura para o Ministério da Educação e Cultura.

- Uma recomendação sobre a necessidade de ser imediatamente obedecida a lei que trata da remessa dos lucros das distribuidoras estrangeiras para o exterior.

III- INDUSTRIALIZAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO

III.1- Primeiras propostas de Industrializar o Cinema

Na década de 50, surge a primeira proposta de industrialização do cinema brasileiro, com a companhia Vera Cruz, em São Paulo. Esta empresa objetivava uma produção cinematográfica de qualidade, com alto nível, com boa qualidade técnica em todos os segmentos da produção. Logo, foi adotado o sistema de estúdios baseado no padrão Hollywoodiano, do qual fazia parte, inclusive, um conjunto de grandes estrelas – Star system. A organização da Companhia Cinematográfica Vera Cruz incentiva a criação de mais dois estúdios paulistas, a Maristela e a Multifilmes. A Vera Cruz trazia com ela, a esperança de se alcançar o cinema industrial no Brasil, pois possuía grandes e modernos estúdios e altos capitais. Mas, a mesma faliu em 1954, levando o sonho do Brasil de ver crescer o cinema industrial. Nessa mesma época outras empresas também entraram em crise.

Em 1958, cria-se o GEIC (Grupo de Estudos da Industria Cinematográfica), dedicado ao estudo do cinema brasileiro. O GEIC foi útil nos incentivos ao cinema brasileiro. Logo depois, em 1961, foi criado o GEICINE (Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica) para maior incentivo e atenção ao cinema nacional. Tal grupo foi o concretizador de algumas das reivindicações expostas anteriormente:

- definição de 'filme brasileiro' (decretos 51.106 de 01.08.61 e 55.202 de 11.12.64);
- estudo sobre a possibilidade de instalação de fábrica de película virgem no Brasil;
- isenção de impostos e taxas diversas, como a lei 3.272/61 relativa à importação de máquinas e equipamentos para a instalação de fábricas de equipamentos e máquinas para estúdios e laboratórios para os mesmos fins;
- regulamentação da publicidade em cinema (decreto 1.243 de 20.06.62);
- resolução 269 de 27.09.62, reduzindo a tarifa aduaneira de 10% para 5% para a importação de filmes virgens;
- fixação das normas para financiamento da produção de filmes;

- elevação do imposto de renda de 25% para 40% sobre a remessa de divisas para o exterior (artigo 45 da lei 4.131 de 03.09.62 regulamentado pelo decreto 52.405 de 27.08.63);

- decreto 52.745 de 24.10.63, elevando de 42 para 56 o número de dias por ano de exibição obrigatória de filmes brasileiros, em todos os cinemas existentes no Brasil;

- isenção de depósitos compulsórios para a importação de filme virgem, pela decisão de 12.06.64 do Conselho da SUMOC.

Após vários projetos – de autoria de Alberto Cavalcanti, da comissão especial indicada pelo MES (Ministério da Educação e Saúde), do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, do MIC (Ministério da Indústria e do Comércio) –, o Instituto Nacional do Cinema (INC) foi criado por meio do Decreto-lei nº 43, de 18 de junho de 1966. O Instituto Nacional de Cinema (INC) é criado, com autarquia federal, com autonomia técnica e financeira, subordinada ao Ministério da Cultura. Destacava duas correntes: a universalista e a nacionalista. A universalista era comandada pelo GEICINE, que defendia que se deveria centralizar a administração do desenvolvimento do cinema, bem como seguir uma política liberal em relação a importação dos filmes, para que o público tivesse “direito” a todo tipo de produção universal. Já os nacionalistas achavam que cineastas deveriam participar ativamente do projeto e não aceitavam a abertura da produção ao capital estrangeiro.

As diretrizes do INC eram desenvolvimentistas, ou seja, o cinema brasileiro deveria ter bases industriais, ter associações com outros países e organizar medidas para a entrada do filme estrangeiro. Entre as competências do Instituto, estavam: formular e executar a política governamental relativa ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento e à sua promoção no exterior; regular a importação de filmes estrangeiros, em cooperação com o Banco Central da República do Brasil; regular a produção, distribuição e a exibição de filmes nacionais, fixando preços de locação, prazos de pagamento e condições; regular condições de locação de filmes estrangeiros às salas exibidoras do país; formular a política nacional de preços de ingressos; conceder financiamento e prêmios a filmes nacionais; manter um registro de produtores, distribuidores e exibidores; estabelecer normas de co-produção cinematográfica com outros países e regulamentar a realização de produções estrangeiras no país; fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos da atividade; entre outras.

III.2- Os setores da Indústria Cinematográfica

A base da Indústria Cinematográfica é composta por três setores. A produção, a distribuição e a exibição. A distribuição se apresenta como o mais importante setor, por ser o intermediário entre o início e o fim de todo o processo. Normalmente, vemos nos estúdios internacionais que o setor responsável pela produção dos filmes age tipicamente como uma montadora, pois a fase de produção engloba diversos outros subsetores. Mas a realidade brasileira sempre foi outra. O setor era muito pulverizado e por isso, não chegamos a ter uma infra-estrutura eficaz. Isso levou o país a se render às terceirizações de várias etapas da produção.

A distribuição é a responsável por difundir os filmes, levando-os à viabilização de comercialização. É a distribuidora que conduz o filme da fase de produção à fase de exibição, sendo então a responsável pela boa comercialização dos projetos. As distribuidoras americanas tiveram grande papel em todo o mundo, inclusive no Brasil. Os EUA tinham poder incontestável no setor de distribuição cinematográfica, chegando até a financiar produções de filmes. Isso criou algumas barreiras a outras distribuidoras, incluindo as brasileiras. Os custos tornavam-se cada vez mais altos e ficava cada vez mais difícil competir com os EUA. Os americanos tinham capital para propagandas atraentes e impediam que outros países se aproximassem do Setor Cinematográfico Internacional. Com isso, O Brasil não consegue exportar filmes e se obriga a fechar o próprio mercado, caracterizado por produções pequenas e de baixo custo.

O setor de exibição é o responsável pelo retorno financeiro das produções. Os exibidores ficam à disposição das distribuidoras para que essas lhes disponibilizem filmes que garantam bom retorno financeiro.

III.3- O Cinema Novo e Nova Legislação

Já na década de 60, surge o chamado cinema novo, considerado o movimento mais marcante do Brasil, que tinha como prioridade o contexto social, econômico e político do brasileiro, totalmente livre dos padrões estrangeiros.

O cinema novo gerou sucesso do cinema nacional no exterior, principalmente na Europa, tendo sido considerado o auge da maturidade cinematográfica de nosso país. Retratava a triste realidade social, e debatia os problemas, ao apresentar filmes revolucionários, com personagens esfomeados, e maltrapilhos. Nessa fase de batalhas por parte da classe cinematográfica, são criados o INC e a Embrafilme, sendo esta de acordo com o decreto-lei nº862 promulgado pelo AI-5(ato institucional nº5), como tentativas de proteção do mercado do cinema brasileiro, no ano de 1969.

A atuação do INC durou 9 anos, e nesse período foram criados 112 resoluções que influenciam muito no cenário nacional. Dentre estas resoluções, estão:

- obrigatoriedade de exibição do filme brasileiro: em 1967, regulamenta-se 56 dias ao ano; em 1970, este número sobe para 112, mas recua para 98 poucos meses depois; em 1971, 84 dias ficam instituídos e; em 1975, 112 dias;
- obrigatoriedade de cópia de filmes estrangeiros em laboratórios brasileiros, estabelecida em 1972;
- criação de sistema de controle das bilheterias através do uso de máquinas registradoras e roletas;
- obrigatoriedade do recolhimento de parte do desconto do Imposto de Renda relativo à exploração de filmes estrangeiros para a produção de filmes nacionais.

O período entre 67 e 89 é marcado pela censura oficial da cultura. Estava sendo criado o CSC, Conselho Superior de Censura –, através da Lei nº 5.536, de 21/11/68. Esse órgão tinha a função de executar a revisão das decisões finais, que fossem relativas

à censura dos espetáculos, que eram feitas pelo Departamento de Polícia Federal. Deveria ainda elaborar normas que servissem para guiar o exercício de censura. Neste período, verá consolidar-se um mercado de amplas proporções, ainda que majoritariamente ocupado pelo produto estrangeiro brasileiro conhece a fase áurea de sua relação industrial intermediada pelo Estado. Um exemplo disso é o aumento da obrigatoriedade de exibição do filme nacional na década de 70. Em 1979, a reserva de mercado para o longa-metragem brasileiro está estabelecida em 140 dias/ano.

O fato de o Estado ter interferido dessa forma, criou tensão entre as partes envolvidas na Indústria Cinematográfica. Os exibidores criticam a exibição compulsória, enquanto o produtor nacional se contou com o apoio do Governo para competir com o cinema estrangeiro. O clima de tensão aumenta com a criação da Lei da Dobra, em 1977, pela Resolução Concine nº 10, a qual exigia que se mantivesse o filme brasileiro em cartaz na segunda semana, quando a frequência de espectadores da primeira semana fosse igual ou superior à frequência média semanal daquele cinema, no semestre anterior. Os exibidores poderiam retirar de cartaz o filme que não alcançasse 60% da frequência média semanal do cinema.

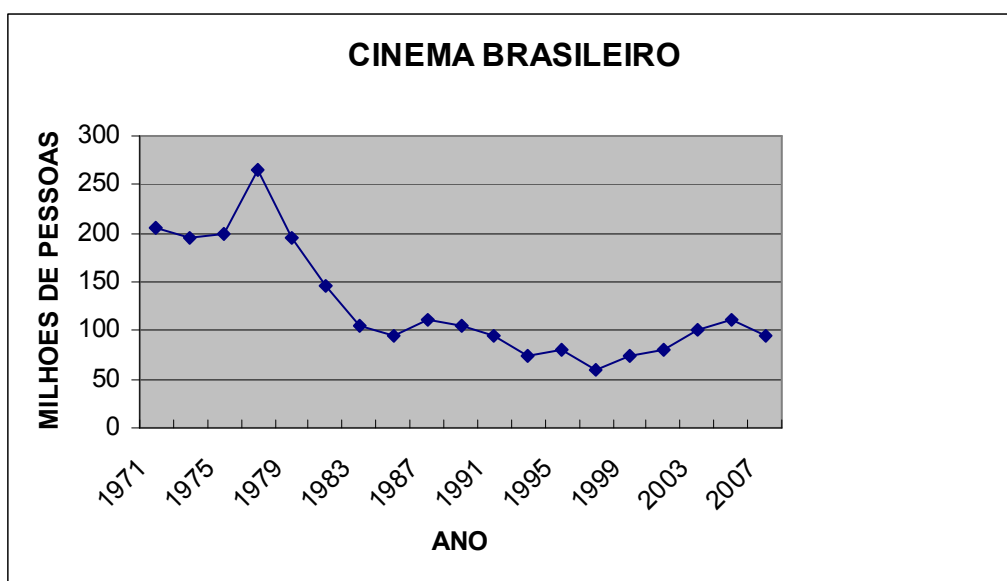
Logo depois, a Resolução Concine nº 18, de 24/08/1977, obriga a exibição de curta-metragem nacional em qualquer sessão onde fosse exibido filme estrangeiro de longa-metragem. Outro fator que causou manifestações negativas foi que a Embrafilme criou uma distribuidora voltada para o curta-metragem, uma vez que as leis vislumbravam possibilidades de mercado para este filme.

O INC beneficiou o cinema nacional de várias formas: premiações, recolhimento do Imposto de Renda dos importadores para a produção, manutenção da obrigatoriedade de exibição, etc.. Além disso, se fez presente quanto à distribuição, especialmente na organização do espaço de distribuição através das exigências de controle das bilheterias, que era uma necessidade do cinema nacional. Essa atuação teve um papel relevante no mercado, pois permitia a fiscalização do cumprimento das exigências legais e favorecia a organização de informações sobre a Indústria cinematográfica, que não recebia tal atenção até o momento.

Antes de o INC interferir, o controle de público e renda das sessões não era tratado rigorosamente. Quem fiscalizava eram as próprias distribuidoras. Os

funcionários das distribuidoras acompanhavam a entrada das sessões dos cinemas. Tal fiscalização também era feita pelos órgãos públicos. Como o nosso território tem grande extensão e devido à distância entre os circuitos de exibição, a verificação do cumprimento da lei não era eficiente. Percebia-se grande necessidade de procedimentos de controle na rotina diária dos exibidores. O uso das roletas, que foi proposto pelo INC foi bem eficaz, dificultando novas fraudes.

Gráfico 3: Espectadores do Cinema Brasileiro



Fonte: Sá Earp, Fábio. **O Mercado do Cinema no Brasil**. IE/UFRJPág 02

IV- EMBRAFILME

IV.1- Criação da Embrafilme

Em 1969, assistimos à criação de uma empresa de extrema importância para o cinema nacional, a Embrafilme. Durante toda a década de 70, a Embrafilme produziu muitos filmes, os quais fizeram a história da cinematografia brasileira, mudando todo o panorama do audiovisual no Brasil. A diretoria da Embrafilme era composta de três membros, sendo um o Diretor-Geral. A mesma contou com um capital social inicial de seis milhões de cruzeiros novos. Esse montante foi composto através da utilização dos depósitos de 40% do imposto das distribuidoras estrangeiras. Na esfera político-administrativa, a Embrafilme é resultado de uma iniciativa de promoção do filme brasileiro no exterior. Foi a criação da Embrafilme que fez crescer o sonho de desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Brasileira com a ajuda da intervenção estatal a fim de regularizar e disciplinar os interesses entre exibidores, produtores e distribuidores.

No ano de 80, o sucesso da empresa era tanto que o público do cinema brasileiro chegou a ocupar 35% do mercado nacional, e a média de pessoas que assistiam filmes brasileiros ultrapassava o número de pessoas que assistiam filmes estrangeiros³. Com o fim da censura e a sonhada anistia política isso só aumentava.

Mas ainda na mesma década, a tão elogiada empresa declinou. Vários fatores justificavam essa queda. Como exemplo, podemos citar a redução no investimento estatal devido à crise do petróleo; o grande sucesso do cinema norte-americano devido ao progresso técnico conquistado e a investida muito mais agressiva relativa aos mercados latino-americanos.

A Embrafilme havia sido criada com a missão de proteger o setor cinematográfico brasileiro. Seus objetivos mais importantes eram a distribuição de filmes no exterior, sua promoção, realização de mostras e apresentação em festivais,

³ O sucesso não se dava apenas pela Embrafilme. Não podemos deixar de comentar da chanchada, mais especificamente, a pornochanchada, que devido à censura não era exibida na televisão e sim no cinema.

visando difundir o filme brasileiro em vários aspectos, podendo exercer atividades comerciais ou industriais relacionadas com o objeto principal de sua atividade.

Filmes brasileiros foram lançados no exterior pela Embrafilme, como prioridade. A meta naquele momento era o reconhecimento internacional, que vinha se apresentando através de um anseio da política brasileira em geral, a qual sempre se mostrou disposta a lutar pela valorização da nacionalidade brasileira. Segundo Bobbio, a procura por uma consciência nacional está diretamente ligada também a um pensamento internacional que viabilizaria a realização da independência nacional.

A empresa se destaca principalmente com a grande importância na comercialização das películas nacionais durante a década de 80. Nesse ponto, foi a Embrafilme que fez toda a diferença até porque graças ao fato de ser a maior possuidora de filmes, contava com o apoio referente a recursos financeiros para comercialização. Isso possibilitou investimentos em promoções, publicidade, melhores propagandas e ainda podia negociar com os exibidores de filmes de forma mais eficiente.

Assim, o cinema do Brasil torna-se um assunto interessante e logo, importante para todo e qualquer tipo de meio de comunicação. O sucesso das investidas da Embrafilme instigou a maior valorização das películas brasileiras, fazendo com que a Indústria Cinematográfica Brasileira atraísse grandes público, bem como a mídia. Com toda essa mudança, o resultado foi a maior credibilidade dos exibidores em relação ao cinema nacional.

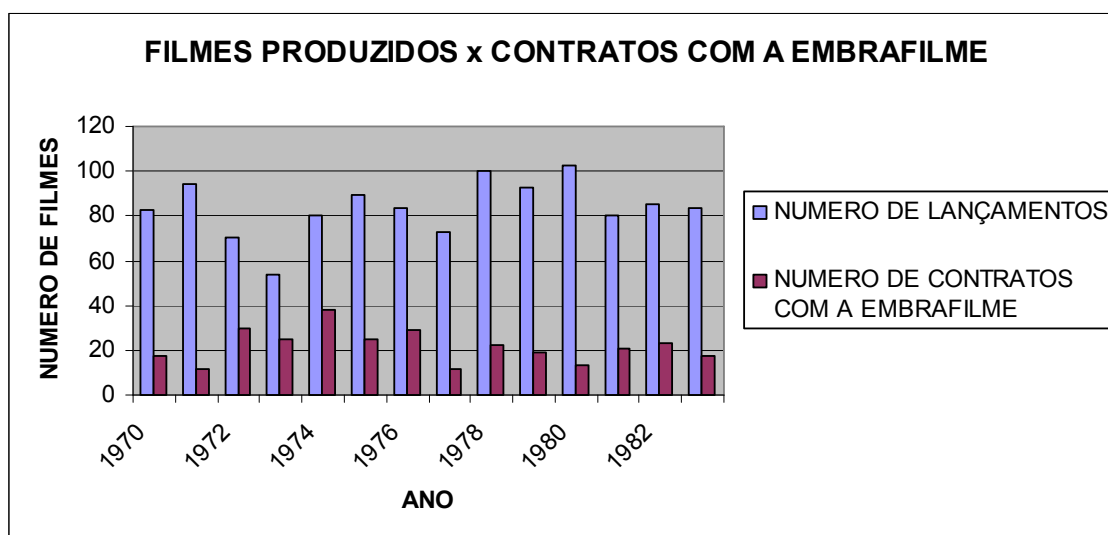
A criação da Empresa Brasileira de Filmes, a Embrafilme, serviu para que fosse feita a promoção dos filmes internacionalmente. A princípio, a Embrafilme havia sido criada para promover nosso filme nacional no exterior. Mas a classe cinematográfica brasileira se mobilizou e conseguiu mostrar que a verdadeira necessidade se baseava no mercado interno do Cinema.

A Embrafilme era responsável por ajudar a produzir filmes com financiamentos. Esses financiamentos se direcionavam a três categorias de Produção. A primeira categoria era a Empresa Tradicional, que tinha seus próprios equipamentos. A segunda categoria era o Produtor Independente, o qual não contava com equipamentos próprios. E ainda tinha a terceira categoria, conhecida como Produtor Estreante. A Embrafilme

financiava através de empréstimos bancários, onde os juros eram de aproximadamente 10% ao ano⁴ e o pagamento era feito em 24 meses. Os produtores dos filmes financiados tinham que devolver determinados valores percentuais da renda conseguida com o filme, para a empresa financiadora, até o pagamento do valor total financiado.

Esses financiamentos não se baseavam em nenhuma condição quanto à qualidade dos filmes. Desse modo, a Empresa Tradicional apresentava vantagens em relação às outras, pois tinha seus próprios equipamentos, e assim cada vez mais concentrava os mesmos.

Gráfico 4: Filmes Produzidos *versus* Contratos com a Embrafilme



Fonte: Sá Earp, Fábio. **O Mercado do Cinema no Brasil**. IE/UFRJ. Pág 03

⁴ Os juros eram cobrados com correção monetária.

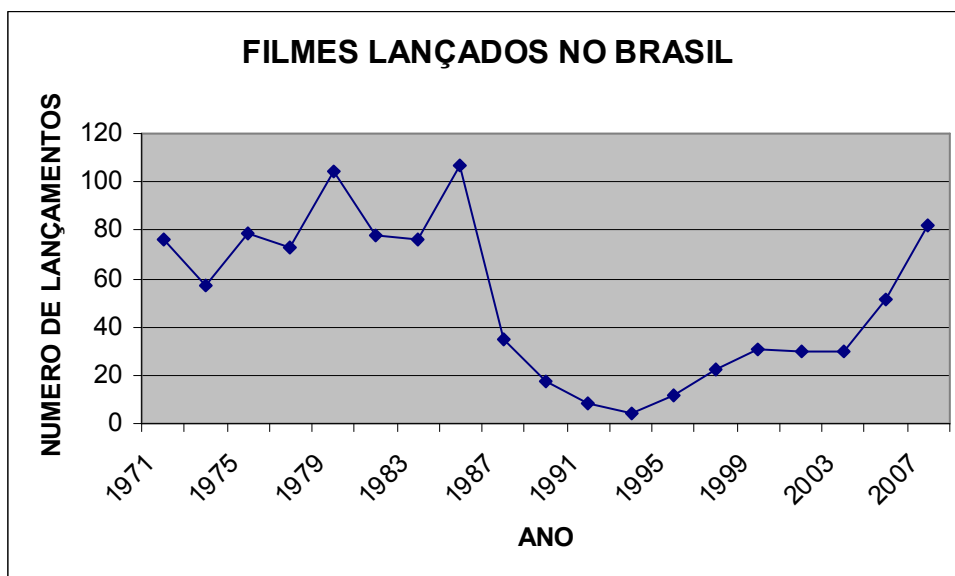
IV.2 – Embrafilme Distribuidora

A partir de 1973, vemos que a Embrafilme começava a distribuir os filmes nacionais. Esse fato foi de grande importância para todo o país, pois o Estado passava a participar ativamente, para ajudar a combater todos os empecilhos de mercado.

Nesse contexto, podemos afirmar que pela primeira vez o Estado Brasileiro enfrenta o setor chave do Cinema no país. Até tal data, o Brasil não havia ainda tido qualquer participação em relação à distribuição. E com isso, percebia-se que esse era o único meio de se confrontar com o filme internacional dentro do nosso mercado.

A Diretoria da Empresa Brasileira de Filmes divulga a Ata da Reunião onde se criou a Distribuidora, no ano de 73. Nessa ata, se referiam à distribuidora como um grande passo ao desenvolvimento do Cinema Brasileiro. Para começar, a distribuidora seria apenas para exibidores da Guanabara e da capital de São Paulo. Os filmes a serem distribuídos seriam analisados e então escolhidos de acordo com critérios comerciais. Por isso, a empresa não tinha que, por obrigação, distribuir qualquer filme nacional que fosse produzido. Os diretores explicavam que dessa forma tentavam concorrer para aprimorar as relações entre produtores, distribuidores e exibidores, através de bons exemplos de comportamento no setor.

Gráfico 5: Filmes Lançados no Brasil



Fonte: Sá Earp, Fábio. **O Mercado do Cinema no Brasil**. IE/UFRJ. Pág 04

IV.3-Fase Áurea do Setor Cinematográfico.

Durante a década de 70, o setor cinematográfico brasileiro assiste a melhor fase de sua relação com a interferência do Governo. Mesmo com a ocupação majoritária do filme internacional, vemos um mercado mais consolidado. O Estado interferia com ações de grande porte como por exemplo, o aumento da obrigatoriedade de exibição do filme nacional. Essa decisão criou um clima de tensão entre as partes envolvidas no cinema. Os exibidores não aceitavam com facilidade a nova decisão, enquanto os produtores brasileiros não só aceitavam como ainda se apoiavam nessa decisão para poderem competir com o cinema estrangeiro, que nesta época era praticamente todo americano.

Várias decisões da empresa foram contestadas. O fato de o curta-metragem ser incluído na obrigatoriedade de exibição e ainda ter participação na renda do filme internacional acarretou em muitas manifestações negativas de exibidores e distribuidores estrangeiros. A padronização dos ingressos era outra ação que gerava reclamações, especialmente pelos controladores da venda de ingressos. A Embrafilme colocava nas salas de exibição uma roleta que registrava o numero de ingressos e permitia a ela que controlasse a renda dos filmes. No início esse controle era apenas quanto aos filmes nacionais, e nessa fase quem reclamava eram os exibidores. Mas depois, o controle passou a ser a todos os filmes, inclusive os estrangeiros, pois a renda dos filmes estrangeiros deveria ser repassada a alguns filmes brasileiros e as reclamações se estenderam às distribuidoras estrangeiras.

Pela primeira vez, o Brasil enfrentava o filme estrangeiro de maneira eficaz. A atuação da Embrafilme chegou a aumentar a arrecadação dos filmes nacionais em grande número, mas ao mesmo tempo reduziu a arrecadação do filme estrangeiro.

IV.4- Extinção do INC e Co-produções

Com tanto valor dado à nova Embrafilme, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) cria novas propostas, dentre elas a extinção do INC. A extinção do INC foi firmada e estabelecida pela Lei nº 6.281, de 9/12/1975, juntamente com a ampliação da Embrafilme e criação do Concine.

Um pouco mais tarde, a população brasileira assistiria a mais uma novidade apresentada pela Empresa: o sistema de co-produções. A partir de agora, a empresa passara a investir de forma direta nos projetos em questão e com isso seria a responsável pelos riscos da transação. Ainda conseguiu aumentar o número de filmes distribuídos, e com isso, aumentou de maneira significativa a responsabilidade da Embrafilme, pois a mesma tinha a partir disso, total poder sobre a gerência dos filmes.

O sistema de co-produções não permitia mais que os produtores estreantes participassem dos financiamentos. A exigência mínima era de um capital social de Cr\$ 100.000. Essa informação nos mostra que existia a intenção de limitar o universo das empresas que usufruíssem do financiamento.

O sistema de co-produção tinha como vantagem também, mostrar à empresa como seu dinheiro investido poderia retornar mais rapidamente. Mas para isso, o investimento Não poderia ser mais apenas nas produtoras. Deveriam investir nos filmes. Para isso acontecer de maneira correta, precisariam agilizar a estrutura de distribuição da Embrafilme.

É nesse momento, que ocorre a extinção do INC. A Embrafilme, então absorve as atribuições do órgão extinto bem como o patrimônio do Instituto, sob a forma de capital. No ano de 1976, o setor cinematográfico brasileiro ganha o Concine, com as principais funções de regular e fiscalizar o setor. Em março de 1990, a Embrafilme é extinta, pelo Governo Collor e com isso, a atividade cinematográfica brasileira tem forte queda também.

IV.5 -Plano Diretor para a Distribuidora

Durante o período marcado pela ascensão da Embrafilme, os filmes estrangeiros eram basicamente comercializados por empresas dos EUA que ficavam no Brasil ou por empresas brasileiras que importavam filmes, chamadas de independentes.

Com o início da atuação do INC e da Embrafilme, ficou mais fácil de controlar o mercado do cinema. Durante esse período, os filmes brasileiros foram valorizados. Muitas empresas se empenharam mais em produzir e distribuir os próprios filmes. A Embrafilme se compromete logo no início de seus trabalhos a promover o filme brasileiro em outros países, até porque a valorização da cultura do Brasil era uma vontade antiga da política.

Com o passar do tempo, valorizar o mercado interno passa a ser o principal objetivo do órgão. A Embrafilme incentivava a produção dos filmes nacionais, porém o grande problema de terem que enfrentar o setor exibidor ainda era o principal entrave à Indústria Cinematográfica do Brasil. Assim, a nova preocupação da empresa vem a ser distribuir filmes para tentar valorizar o cinema nacional.

E realmente a Embrafilme fez toda a diferença para os filmes nacionais. Comercializar os projetos nacionais passou a ser mais viável pois a empresa dispunha de recursos financeiros direcionados à comercialização. Com isso, poderiam investir em propagandas. Outro fator importante é que por possuírem o maior número de películas, tinham grande poder de negociação com o setor exibidor. A Empresa Brasileira de Filmes tinha realmente chegado para fomentar o cinema nacional como nunca visto antes. Ela apoiava muitas obras, das quais muitas eram de total interesse dos exibidores.

O trabalho do novo órgão tornou-se fundamental para a capitalização das empresas nacionais. Com tal ajuda, que vinha sob forma de recursos aos produtores, as empresas nacionais conseguiam mais facilmente produzir seus filmes e ainda viam muito mais possibilidades quanto à distribuição dos filmes produzidos. As produtoras contavam com o apoio da distribuidora na realização dos filmes e com isso esperava-se estar sempre atuando. Chegando à fase da distribuição, tanto a distribuidora quanto os produtores teriam acesso a mais recursos.

A Distribuidora apresentava como pontos positivos a maior visibilidade do filme nacional. Mas em contrapartida, apresentava muito gasto de comercialização e baixo faturamento por filme distribuído. Com esse panorama, adotou-se um Plano Diretor para a Distribuidora, em meados do ano de 77. As ações sugeridas foram: mais flexibilidade nos preços, preços mais competitivos através da distribuição de filmes antigos a menores custos; adoção de um perfil mais agressivo diante do mercado; mais autonomia nas operações.

O plano diretor tinha como principal objetivo o lucro. Com esse novo plano para a Distribuidora, a atividade de distribuição dos filmes deveria ser totalmente voltada para objetivos lucrativos. E não como apenas um distribuidor forçado de filmes.

IV.6- Crise da Embrafilme

Houve um período que foi caracterizado para a Embrafilme como uma fase de escassa relação entre o Governo e o Cinema. Nesse período, compreendido entre os anos de 79 a 82, a empresa foi conduzida por um diretor chamado Celso Amorim, que assumiu essa posição no meio de uma grande crise financeira, onde os filmes nacionais são conseqüentemente, menos trabalhados.

Com isso, a década de 80 foi marcada por uma redução brusca dos novos projetos da empresa, ou seja, a distribuidora teve seu papel diminuído. Assim como a distribuidora, os setores exibidor e o produtor também apresentaram retração. Com isso, as dívidas aumentaram, o saldo ficou negativo e isso tudo culminou em grande corte de recursos por parte da Embrafilme. Esse e outros motivos tiveram como resposta a confirmação de um projeto de privatização da empresa, que havia sido apresentada pela mesma em 1986.

A Empresa Brasileira de filme havia conseguido aproximar definitivamente o setor estatal do setor cinematográfico. Mas ao mesmo tempo que aproximou o Governo do Cinema, mostrou que a política para o cinema ainda não era forte o suficiente para sanar os possíveis problemas do mercado.

A única falha da estratégia montada pela empresa estatal foi não dar o devido valor à última e não menos importante fase do ciclo produtivo cinematográfico: a exibição. Com isso, durante a década de 80, o povo brasileiro assiste uma crise no setor de cinema. Foi evidenciado nesse momento, que a Indústria Cinematográfica não conseguiu usufruir da ajuda da Embrafilme em prol de garantir sua própria estabilidade e auto-suficiência.

O Brasil, no início da década de 90, abandonava 25 anos de ditadura e assistia a mudanças econômicas de grande impacto. Logo depois de reaver seu direito de voto e finalmente poder escolher quem seria seu presidente da república, o povo brasileiro assistiu a implementação de idéias neoliberais que realmente impactaram em grande escala o país imediatamente após a posse do presidente Fernando Collor de Mello. Tivemos alterações econômicas como a volta do cruzeiro, o congelamento dos ativos

financeiros, o congelamento dos preços e a liberação das importações, as quais representaram uma nova e desconhecida fase na economia brasileira.

Os grandes acontecimentos da década de 90 para o mundo todo foram inaugurados na realidade no final de 1989. Foi nesse ano que aconteceram marcos da história como a derrubada do muro de Berlim, e conseqüentemente a queda também dos regimes totalitários ainda existentes no Leste Europeu. Não diferente, o cenário brasileiro, assistia também nesse ano a mudanças que se consolidariam na década seguinte. A tentativa de redemocratizar o país, instalada em 1985, se firmou com as eleições diretas para Presidente da República, em 1989.

A corrida pelas eleições do primeiro turno, envolveu vários candidatos, como: Ulisses Guimarães, Mário Covas, Leonel Brizola, Afif Domingos, Enéas Carneiro, Luís Inácio Lula da Silva, e Fernando Collor de Mello. Desde 1988, o candidato Collor já se destacava com notícias referentes a suas promessas de caça aos marajás. Apesar do favoritismo inicial para concorrer contra Collor, de Leonel Brizola, herdeiro político de Getúlio Vargas, o segundo turno foi representado por Lula. A sociedade brasileira convencida pelo candidato elitista é levada a votar em Collor, que venceu no segundo turno. Em março de 1990, tomava posse Fernando Collor, vencedor das eleições de 1989, que por sinal, foram as primeiras eleições depois do Golpe de 1964, o qual havia instaurado uma ditadura militar de 21 anos.

Durante o governo de Collor, teve início o processo de privatizações das estatais, as quais acabaram por diminuir as atribuições do Estado na economia. Esse processo teve seu ponto máximo no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto, O Brasil assistia a ameaças de privatização das Universidades Federais e de entregar a Amazônia aos países do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo).

O principal efeito desse Governo na Cultura e mais precisamente, no cinema nacional foi a extinção da Embrafilme. Essa atitude por parte do governo vigente acarretou uma crise no cinema brasileiro. O presidente Collor decide seguir idéias neoliberais de extinção de empresas estatais e permite que o mercado seja dominado de pelos filmes estrangeiros, principalmente aos norte-americanos. A produção nacional, dependente da Embrafilme, entra em colapso, e pouquíssimos longas-metragens nacionais são realizados e exibidos nos anos seguintes. O presidente Collor de Mello

instituiu uma enorme reforma nos órgãos públicos, onde incluiu o setor cultural. As mudanças decorrentes disso trouxeram consequências inevitáveis. Em 1990, através do Decreto nº 99.226, de 27 de abril, a Embrafilme fica extinta. No mês seguinte, o Concine perde suas competências.

Isto posto, o cinema brasileiro é atingido diretamente e então, neste momento, começa a sentir os maus efeitos da ausência da empresa estatal, que estava em crise. A fase de 1990 a 1993 é conhecida como o pior momento da Indústria Cinematográfica Brasileira, devido a paralisação do setor no país. O cinema nacional fica sem chances de financiamento para produzir e estruturar a distribuição dos filmes. O presidente Collor havia tomado várias medidas, mas a extinção da Embrafilme, financiadora de produções de filmes brasileiros foi de muita polêmica. O fato de se ter acabado com a Embrafilme criou um período ruim para o cinema brasileiro. O início da década de 90 representou um forte prejuízo na cultura. Além desse problema, algumas salas de cinema foram também extintas. O número de salas que exibiam filmes no Brasil reduziu muito.

Em pouco tempo de mandato, o presidente Collor foi acusado de uma série de atitudes corruptas e por esse motivo enfrentou uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito. O mesmo não teve saída, perde o mandato dois anos depois de assumi-lo e é substituído por Itamar Franco, presidente que lança o Plano Real em 94, comandado por Fernando Henrique Cardoso, na época, ministro da economia. No mesmo ano em que é lançado o Plano Real, FHC é eleito pelo povo brasileiro para a Presidência da República. Em 1998, o então presidente consegue a reeleição, e assim, mantém seu plano de governo por mais 4 anos.

V- TENTATIVAS DE RECUPERAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO

O cinema brasileiro começa a se levantar apenas em 1995, quando o Ministério da Cultura no governo Fernando Henrique Cardoso criou uma lei de incentivo cultural. Mesmo com essa medida, o cinema brasileiro dava curtos e lentos passos rumo à ascensão e só recuperou o ritmo com a inauguração de duas produtoras: a Conspiração Filmes e a Globo Filmes. A esperança maior do cinema brasileiro veio se consolidando através de seus resultados. Após muito tempo sob a hegemonia do cinema norteamericano nos circuitos brasileiros, o cinema nacional reagia.

Ressentida e preocupada com a crise cultural, a classe artística e cinematográfica tenta restabelecer a situação em questão e com isso, novas legislações vão sendo criadas como resposta aos movimentos promovidos por tal classe. As leis de incentivo à cultura têm o objetivo de universalizar o direito e acesso à cultura nacional.

V.1- Lei Rouanet

Em 1991, é criada a Lei Rouanet (Lei nº 8.313), considerada a primeira medida de ajuda e apoio à cultura vinda do governo desde a decadência cultural. Essa lei se referia a vários setores (cinema, música, literatura e outros), com a promessa de benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que tivessem qualquer investimento em forma de recursos na cultura do país. Tal lei foi focada nos incentivos em investimentos culturais, e era utilizada para o financiamento no setor.

A Lei Rouanet cria o Pronac, Programa Nacional de Apoio à Cultura, cujo principal motivo de criação era estabelecer o livre acesso às fontes da cultura. A implementação disso foi estabelecida a partir de três fontes: Fundo Nacional da Cultura - FNC, Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e incentivos a projetos relacionados a cultura. Essa questão dos incentivos abrange doação e patrocínio, conforme artigo 23 da Lei nº 8313/91.

V.2-Lei do Audiovisual

No governo Itamar Franco, mais precisamente em julho de 1993, criou-se a Lei nº 8.685, conhecida como a Lei do Audiovisual. Essa lei era uma legislação específica para o cinema. A mesma cria mecanismos de incentivo às atividades relacionadas ao setor audiovisual.

No primeiro artigo da lei, define-se que ela permitia que pessoas físicas e jurídicas investissem até 3% de seu imposto de renda em produções audiovisuais brasileiras, desde que fossem aprovadas pelo Ministério da Cultura, para a captação de recursos. Mais tarde, através de uma medida provisória (MP nº 1.515, de 15/08/1996) esse percentual foi aumentado e então, o limite do investimento passou a ser 5%. Ainda existiram outros tipos de benefícios fiscais, como o benefício concedido ao imposto que as distribuidoras estrangeiras pagavam pela remessa de lucros ao exterior, através do artigo 3º da lei. Esses investidores recebiam “certificados de investimentos” e assim, tornavam-se sócios de determinada produção, podendo inclusive participar da divisão dos lucros, se fosse o caso de tal filme. Na realidade, a Lei do Audiovisual apresentou maior eficiência e resultados para estimular a produção, e deixava em segundo o plano a distribuição e a exibição.

A Lei nº 8685, de 20 de julho de 1993, conhecida como a Lei do Audiovisual, bem como seu instrumento regulamentador, o Decreto nº 974, de 8 de novembro de 1993, marcam a importância da legislação audiovisual no Brasil. Essa lei foi fundamental através do fomento à atividade audiovisual. A legislação cultural do nosso país, principalmente, a Lei do Audiovisual, ajudou muito nas questões que dizem respeito ao cinema.

Até o ano de 1997, o volume anual que era captado para o setor audiovisual era ascendente. Porém, os estudos mostram que este resultado caiu em 1998, devido a uma crise econômica no país. Com isso, a presença do filme brasileiro é muito pequena no início deste período, mas a sua recuperação vai surgindo aos poucos, no decorrer dos anos. Aumenta o número de filmes produzidos, e também o público dos filmes nacionais. Logo no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o cinema se destaca entre as prioridades do governo, chegando a fazer parte do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

V.3 - ANCINE

Com as novas formas de incentivo, representadas pela implantação de medidas de renúncia fiscal, tivemos, no Brasil um crescimento da produção de filmes. Nessa fase, o cinema brasileiro passou a ser chamado de Cinema da Retomada. Com as relações entre Estado e Indústria Cinematográfica, as mesmas medidas foram sofrendo modificações e passaram a fazer parte das responsabilidades de um novo órgão estatal: a ANCINE– Agência Nacional do Cinema.

Em 2001, é criada a ANCINE, através da Medida provisória 2228-1. Assim, fica a critério dessa agencia reguladora, a regulação, fiscalização e fomento às atividades de cinema dentro do Brasil. A ANCINE tem a função de regular, segundo legislação, as atividades de fomentar e proteger a indústria cinematográfica brasileira. Tem ainda função de arrecadar e fiscalizar a contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

A ANCINE, hoje, é responsável pelo fomento ao cinema. Segue a política formulada pelo Conselho Superior de Cinema, fiscaliza o cumprimento da legislação em vigor e regula as atividades da indústria cinematográfica. Podemos, inclusive compará-la nesse sentido à Embrafilme, que tinha funções parecidas de guardar e proteger o mercado interno do Cinema.

CONCLUSÃO

Conforme levantamento histórico apresentado, vemos que a evolução do Cinema Brasileiro se deu de forma gradativa, tendo seu ponto máximo no período de auge da Embrafilme. O trabalho refere-se a toda a trajetória do setor cinematográfico no Brasil, desde seu surgimento em 1896, com as primeiras exhibições e culmina na importante história da Empresa Brasileira de Filmes, a qual foi responsável pela maior parte dos casos de sucesso do setor cinematográfico brasileiro.

Apesar de o cinema existir no país desde o fim do século XIX, sempre foi muito afetado pela forte presença do filme norte-americano. O domínio dos EUA sobre o mercado cinematográfico do mundo se intensifica principalmente com a Primeira Guerra, que enfraqueceu bastante o nível de produção europeu. O filme internacional trazia grande retorno financeiro, e por isso era sempre distribuído por estruturas empresariais focadas no mercado. Assim, o filme estrangeiro seguiu sendo um dos vilões para o crescimento do filme nacional, já que a comercialização do filme estrangeiro nasce estruturada, profissionalizada e pronta para a alta competitividade.

Em 1969, cria-se a Embrafilme, empresa que leva a atividade cinematográfica brasileira ao seu melhor momento. Graças a tal empresa, o Cinema passou a fazer parte, de forma mais forte, das discussões políticas, fazendo renascer a idéia nacional-desenvolvimentista de termos uma importante e forte Indústria Cinematográfica, com a intervenção estatal, a fim de regular e balancear os interesses entre os principais setores do Cinema no Brasil.

A participação da Embrafilme na atividade amadureceu muito o setor. A empresa apresentou muitas dificuldades, mas possibilitou que houvesse uma determinada infra-estrutura, com a qual os agentes nacionais contaram e assim, passamos a observar interesse no filme brasileiro. Foi durante esse período, que o cinema nacional esteve mais próximo de alcançar o sucesso e desse jeito, conquistar seu mercado interno.

Embora a cinematografia brasileira fora sempre apoiada principalmente no incentivo financeiro da participação da iniciativa privada, podemos afirmar que o Estado foi de grande importância para o setor. A criação da Embrafilme marca uma

nova etapa do Cinema, evidenciando um novo tipo de relação entre Cinema e Estado. O Estado já interferia nas ações do setor Audiovisual, mas pela primeira vez, estabelecia-se uma parceria com os produtores com intenção de fortalecer e tornar o país hábil para enfrentar uma área dominada pelo produto estrangeiro. O período de vigência da Empresa foi marcado por uma intensa ligação entre o Estado e o Cinema, através dos investimentos feitos no setor.

Apesar dos incentivos, o Estado não apresentou real interesse em formular uma política cultural que fornecesse força para o setor. Nos anos 80, em especial, isso se intensificou devido a grande crise econômica que o país enfrentou e assim, logo depois, com ação do então presidente Fernando Collor de Mello, o cinema brasileiro perde a Embrafilme. Sem o apoio do Governo que perde a capacidade de ampliar e até manter o investimento à Embrafilme, devido à crise da década de 80, a empresa perde as chances de ganhar o mercado e abre portas para o maior crescimento da ação dominante do cinema norte-americano. A empresa não foi capaz de se manter autônoma, continuou dependente dos incentivos do Governo. Com a falta de recursos disponíveis, a mesma entra em colapso, e assim, aos poucos, perdeu a capacidade de competir no mercado cinematográfico.

O fim da Embrafilme tem como consequência o fim dos investimentos para o setor de cinema. Essa decisão de Collor se transforma em um “divisor de águas” para a história cinematográfica do Brasil. A retomada do cinema nacional só reaparece em 1995, com a lei de incentivo cultural, do governo Fernando Henrique Cardoso. As Leis de Incentivo vêm ajudando muito o setor desde a década de 90 e assim, o sistema vem se reerguendo diante do Cinema Estrangeiro. A evolução das práticas da atividade é constante, e pode ainda ter melhoras e assim atingir melhor desempenho. Mesmo com a hegemonia absoluta do Cinema Americano nas salas de exibição brasileiras, o Cinema Nacional volta a reagir e a mostrar o início de uma nova trajetória positiva .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMANCIO, Tunico. Artes e manhas da Embrafilme. Niterói: EdUFF, 2000.
- ALMEIDA, Paulo Sérgio; BUTCHER, Pedro. Cinema – Desenvolvimento e mercado. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.
- BOBBIO, Norberto et. al. Dicionário de política. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.
- Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p.283-316.
- SÁ EARP, Fábio; Sroulevich, Helena. O Mercado do Cinema no Brasil. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 2008.
- SELONK, Patrícia. Distribuição Cinematográfica no Brasil e suas Repercussões. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

www.cinemabrasil.org.br/rffarias/embrafil.html

www.ancine.gov.br